



De Babel a Doha¹

Abel Tavares, ARQUITETO

Mestre assistente, Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Fernando Pessoa
abel@ufp.edu.pt

RESUMO

O crescimento e a dimensão espectáveis da população urbana para as duas próximas décadas, as fragilidades do modelo social-democracia capitalista neoliberal, a convergência da trajetória das alterações climáticas com a da produção de gases com efeito de estufa e a mediatização das "catástrofes naturais" constituem um quadro crítico dos atuais modelos de desenvolvimento e crescimento urbano para o qual se começam a perfilar propostas em diversos âmbitos disciplinares. É sobre algumas destas propostas que nos debruçamos, por quanto podem indiciar tendências e/ou apontar caminhos e daí avançar com um contributo para o que designamos de "urbanismo prático".

PALAVRAS-CHAVE

VICA [Volátil, Incerto, Complexo e Ambíguo], Virtual real, Ficção, Utopia, Urbanismo prático, Governância, Regionalismo, Adaptabilidade, *Durabilité*, Tecnologia limpa, Cidadania ambiental.

ABSTRACT

The expected urban population growth and size in the next two decades, the fragility of the Neoliberal Democracy, the convergence between the trajectories of climate change, and the visibility and scanning of natural disasters in the global media, compose a critical chart of the actual models of development and urban growth. Research and reflection turned up in several disciplinary fields and proposals emerged. This article focus on some of those proposals/tendencies and hopes to contribute to what we call "practical urbanism".

KEYWORDS

VUCA [volatile, Uncertain, Complex and Ambiguous], Virtual real, Fiction, utopia, Practical urbanism, Governance, Regionalism, Adaptability, *Durabilité*, Cleantech, Ecolife.

A map of the world that does not include Utopia is not worth even glancing at, for it leaves out the one country at which Humanity is always landing. And when Humanity lands there, it looks out, and, seeing a better country, sets sail. Progress is the realization of Utopias.²

Oscar Wilde, 1890

PRÓLOGO

Atualmente sabemos, com relativa certeza, que o mundo, nas dimensões social, cultural, política, económica e financeiras e apresenta cada vez mais volátil, incerto, complexo e ambíguo – mundo VICA³ – e que esta percepção, de certa forma, atomiza empreendedoras e voluntaristas tentativas de mobilização e construção de propostas alternativas nos diversos domínios das políticas públicas (urbanas) com impacte territorial, mais ainda quando estas emergem cercadas pelo discurso hegemónico da globalização. Por outro lado, também sabemos que hoje os contornos do real podem chegar a ser insuportavelmente bem definidos (aparentemente as sínteses parecem ser cada vez mais necessárias mas mais impossíveis), de uma nitidez e detalhe ofuscantes, inacessíveis aos olhos, que estão para além da percepção. É portanto necessário ficcionar para conseguir tocá-lo – nas palavras de Lacan – *c'est impossible de dire toute la vérité*. Então (a pergunta que se coloca é) como poderemos chegar a alcançar uma perspetiva do real que nos envolve – deste mundo VICA – e (ultra)passar a imobilização? Que perguntas formular, quando o mesmo Lacan nos diz que toda a pergunta está fundada numa resposta que sabemos de antemão? Começemos por olhar o exemplo de uma “obra de ficção”, em que a “natureza” assume o papel de real e a sua percepção é dada pela ficção – mais real que o real – ou seja mais perceptível e experiencial – o Museu de Arte Contemporânea de Serralves, projeto do arquiteto Álvaro Siza Vieira. Desde logo o dramatismo do gesto inicial – o arquiteto instala-se no centro da natureza para a apartar e deslocalizá-la para a condição exterior ao sujeito – o museu está implantado no sítio mais improvável⁴ – para depois ficcionar essa natureza/realidade através do percurso ilustrado por visões fragmentadas dessa natureza/real. A “natureza” é uma presença constante e marcante

em quase todos os espaços do museu⁵, mas sempre sob a forma de representação, na condição de instantâneos fotográficos, por tanto, representações dessa natureza. Cada porta ou janela para o exterior oferece-nos uma perspetiva do real mediada pela “obra de ficção”. Em determinados momentos da obra, parece existir uma certa ironia sobre este tema da percepção do real, como acontece no centro⁶ simbólico do museu, onde em determinado momento se justapõem dois enquadramentos, o do natural – que corresponde a uma janela aberta diretamente para o exterior e que permite a invasão do natural no interior do museu – com o artificial – que corresponde a uma janela interior que se abre para a exposição – para as “obras de arte”. Nesta “obra de ficção” não existe continuidade entre natural e artificial, real e virtual, existe pelo contrário uma rutura com o natural, enfatizada, e uma vez mais com ironia, por uma ligação artificial quase desajeitada de remanescência umbilical, com o natural/real – os jardins de Serralves – através duma ligação angulosa em forma de cunha cravada na terra que não chega a tocar no edifício do museu, e que se desenvolve para nascente, parindo o visitando diretamente na “natureza”. Aqui a experiência–mediada (tornada possível) pela ficção do real completa-se na tensão entre as dimensões sensorial, emocional e racional do sujeito, produzida pelo seu deslocamento no espaço–tempo. É por demais evidente que hoje uma parte significativa da produção arquitetónica e urbana perdeu este sentido ficcional e filmico de representação da relação entre natureza e construção (entre realidade e utopia) para dar lugar a arquiteturas virtuais (realidade virtual, no sentido da sua experiência simbólica e imaginária) e que tiveram a sua mais recente realização apoteótica no Dubai. Alguém no seu prefeito júri-zo construiria uma cidade no “meio do nada”⁷, onde não se pode viver sem ar-condicionado e que pouco mais serviu do que de um laboratório das operações financeiras à escala mundial e onde a expressão máxima do “social” são os jantares de *yuppies* e de turistas à mesa do restaurante *Al Muntaha* no vigésimo sétimo andar do *Burj Al Arab Hotel*? Onde a arquitectura desempenhou um importante papel na construção imagética e na materialização dessa realidade virtual, mas onde, “no final de 2009, o Dubai e a sua jóia da coroa, a sociedade pública *Dubai World*, dificilmente escaparam à falência com uma dívida estimada em 59 mil milhões de dólares” (Bourdin, 2011).

Este fenómeno da virtualização do real, que se tem observado dentro da produção da arquitectura e do urbanismo, é transversal a outras áreas como o cinema⁸ ou a produção televisiva, como disso é exemplo, entre muitos outros, o programa “Portugueses pelo mundo”. Numa primeira impressão dir-se-ia que é um programa que de alguma maneira ilustra uma versão atual da imigração portuguesa, de uma geração que imigrou e imigra em circunstâncias e condições substancialmente diferentes das gerações que imigraram para o Brasil em finais do séc. XIX e para a Europa no pós-guerra. Os imigrantes apresentados neste programa são na sua maioria adultos (eternamente jovens), bem-sucedidos nos países de destino – desde Nice a Melbourne, passando por Istambul ou Abu Dhabi até Macau – na sua maioria com formação académica superior, cultos, viajados, políglotas, sofisticados e cosmopolitas. O programa, no formato de discurso direto descontraído e meticulosamente improvisado, apresenta um *flash* do quotidiano das suas vidas no estrangeiro – dinâmicos e divertidos em versão *fashion*, onde o bem-estar o lazer e o desporto são importantes, ou numa versão mais ou menos *hippie* em que a cultura e as relações interpessoais assumem preponderância – falam das amizades, da vida social e do sucesso profissional, em países que são apresentados como se fossem parques temáticos e onde estes imigrantes hipermodernos são uma espécie de trabalhadores turistas. A permanência no estrangeiro não é definitiva mas também não é provisória e o regresso à terra-natal (terra-natal e imigrante são palavras que não se pronunciam neste programa: terra-natal é substituída por Portugal e imigração por mobilidade, oportunidade ou pela palavra mágica – globalização) não é tema, assim como as relações com “os que ficaram” são muito pouco abordadas – é uma versão da imigração feliz. O ponto aqui não é tanto em que medida este é ou não um discurso demagógico, ou uma construção virtual com o objetivo conspirativo de passar uma mensagem não-real do real – afinal de contas estes jovens imigraram e imigram, foram e são bem-sucedidos profissionalmente, etc. – ou ainda se estamos perante uma espécie de alienação consciente gerada pela sensação de impotência perante uma realidade apresentada como esmagadoramente inalterável. A questão talvez seja: Porquê esta perspetiva da imigração? Porquê este género de programas⁹ tem proliferado nos média e, aparentemente, tem tanto sucesso e

adesão do público? O conjunto destas questões formam uma espécie de massa gelatinosa – se por um lado a superfície exterior está sempre trémula e pode assumir as mais diversificadas formas, por outro lado quando olhamos para o seu interior perscruta-se o silêncio – perante a qual podemos dizer que no mínimo temos dois níveis de interpretação: da(s) forma(s) exterior(es) e da densidade interior. No primeiro nível estamos na superfície da questão. Quando assistimos (melhor dizendo já quase não assistimos) a programas sobre a imigração no formato dito realista, onde tradicionalmente a história do imigrante é apresentada com dramatismo e sofrimento (neste formato não existe programa que não tenha testemunhos silenciosos e lágrimas, *slow motion* e *low-key*), este funciona como toxina¹⁰ (administrada com prudência e parcimónia). Em primeiro lugar estes programas têm, na sua maioria, a configuração de documentário, ou seja, por um lado é um só programa (não tem periodicidade ou episódios), o que significa que não entram nas rotinas quotidianas de visionamento televisivo e não cria habituação/incorporação, por outro lado o formato documentário está refém de um certo sentido ético, analítico, rigoroso e sistemático, é uma abordagem disciplinar, e por tanto representa uma certa cientificidade na abordagem deste tema – chamado retrato¹¹ da realidade. O que significa que, aparentemente, entramos no domínio do racional, podem ser convocadas por exemplo as ciências-sociais ou económicas e portanto temos de ser coerentes e acolher diferentes perspetivas e teorias – a ciência dá-nos muitas respostas, mas não satisfaz tantos desejos¹². Em segundo lugar o que é apresentado está construído, segundo um modelo predeterminado e espectável de grande dramatismo e plasticamente muito trabalhado, é como se fosse uma realidade real, racional, racionalizável, interpretável, que não atinge o plano subconsciente, aparenta ser o real não ficcionado, ou seja o sujeito não fica impregnado com o que vê, fica identificado, por simpatia ou empatia. Dependendo do sujeito¹³ o programa pode funcionar como espelho, onde este vê refletida uma imagem de si, da sua situação. Situação que, muitas vezes, ele rejeita. Esta visão depreciativa do eu-real é terreno fértil para o *ideálich* (ego ideal freudiano).

Aposto a este formato óbvio de contornos pretensamente claros e precisos, está o formato aparentemente apolítico

de contornos pouco claros – obtuso – da imigração feliz. Muito provavelmente, é aqui que reside o poder empático destes programas – como? Para perceber o como, temos de passar para o segundo nível de interpretação. Desde logo temos que o contraponto à abordagem realista e crua da imigração é a abordagem *light e fashion* (contraponto, na medida em que esta é oferecida como alternativa possível à abordagem realista, à abordagem aparentemente *soft* como se não fosse possível uma terceira via¹⁴). Portanto existe aqui uma questão que se prende com uma tentativa, ora mais à esquerda ora mais à direita, de hegemonização da percepção, que passa invariavelmente pelo argumentário da extremização das posições relativas entre a via mais societal (esquerda) e a via mais individual (direita), e que mais não é do que um discurso enredado na visão maniqueísta da história. Se a versão realista pode ser tóxica, a versão *soft* atua como antídoto (que como sabemos pode funcionar de várias maneiras: combinando-se com as substâncias tóxicas ou revertendo/anulando a sua ação). Ou seja, na toxicidade da reconstrução mediática de dramas humanos encontramos o antídoto. Perante este tipo de programas o espectador está a gerir simultaneamente dois planos de percepção – o plano do racional e o plano do emocional. O plano da racionalidade percetiva desencadeia um *mix* de sentimentos de desconsideração e repulsa com a crítica objetiva e racional – *ok*, sabemos que estes jovens têm sucesso, são felizes, mas também sabemos que muitas destas pessoas têm um capital social em razão das suas origens e que uma parte expressiva da população não o tem ou está a perdê-lo, que não consegue manter a “condição-de-consumidor”, que está refém do desemprego, das dívidas e até da idade. O plano emocional trata de interpretar a mensagem denotada, suportada pelo social, que pressupõe o reconhecimento automático da iconografia da ação, dos personagens e dos lugares. Assim sendo coloca-se a questão de como se faz o governo destes planos da percepção? Como, ou com que base, é que se constrói o posicionamento individual? Esta balança de dois pratos é demasiado instável para o vulgar quotidiano. Seria esgotante vivê-lo numa permanente dicotomia racional/emocional. A resposta talvez esteja no que a psicanálise chama de subconsciente. O subconsciente é o que desconhecemos que conhecemos – dito de outro modo: conhecemos, mas desconhecemos que conhecemos. Este plano é profundamente

envolvente e enleante, é a chapa de iodeto de prata onde é gerada a imagem latente do tão-somente real individual – um positivo ricamente detalhado – não sujeito à artilharia crítica do racional. O subconsciente resulta em parte da sedimentação do meio, do social e da histórica no sujeito, nada tem de biologicamente intrínseco, é portanto artificial. Ora este meio envia sistematicamente *inputs* que se resumem à normalização, banalização e inevitabilidade do capitalismo, não como uma ideologia, antes, porém, como sendo a base de sustentação da sociedade democrática, que tem por instrumento executor o designado “mercado”. A resposta, às questões inicialmente colocadas, parece ser que o real individual – portanto ficcionado – está mais próximo de uma certa visão do mundo não real. Chegados a este ponto, a questão parece não estar nas perguntas que inicialmente formulamos, supostamente pertinentes, para melhor perceber a atual proliferação e adesão dos “públicos” a este género de programas/discurso¹⁵. Talvez a questão esteja nas perguntas que não fizemos e porque não as fizemos – porque não reclamamos a utopia? Repare-se como UTOPIA se tornou “excessivo” para ser dito¹⁶. Voltando de novo a Lacan, toda a pergunta está fundada na resposta que de antemão sabemos, e esta resposta – UTOPIA – é uma terra que tem vindo a ser salgada. Em relação à ideia de utopia existe um equívoco que resulta, em grande parte, da bipolarização esquerda/direita, que de alguma maneira enquistou a discussão sobre alternativas ao atual modelo social-democracia capitalista, agora neoliberal. Ou seja, basicamente temos o que poderia designar-se por “utopia clássica” em que o lema poder-se-ia resumir a: sacrifica os teus desejos, como sendo uma “imposição voluntária” sobre o sujeito consciente e esclarecido. Depois temos a já esgotada “utopia capitalista”, que nunca se anunciou como tal, e cuja mensagem explícita é: satisfaz os teus desejos, com todo o discurso hedonista do indivíduo, da realização pessoal, do sucesso e prazer individual, *be yourself*¹⁷, etc..O que está por imaginar, parece ser uma espécie de “utopia prática”, algo como: muda os teus desejos, possível através de uma experiência traumática do sujeito-coletivo que permita um discurso que ainda não pode existir mas já está inscrito no agora. É um lugar-comum dizer-se que a crise financeira é uma clara evidência da falência do capitalismo neoliberal e da democracia representativa nas mais variadas versões etnográficas e que as democracias regiona-

listas fundaram os seus estados sociais patrocinadas pelo capitalismo neoliberal e o impacto das suas crises e catástrofes são mundiais, de que são exemplo a crise do *subprime* (no plano financeiro) ou o acidente na central nuclear de Fukushima (no plano ambiental). No entanto, já não é tão comum ouvirem-se vozes defenderem a utopia prática, talvez porque à direita e à esquerda ninguém parece querer abdicar do *status quo*, mas por outro lado parece existir hoje um consenso cada vez mais alargado sobre a inevitabilidade de uma governação a nível mundial de pelo menos dois sectores influentes na governabilidade dos Estados, e que mais tarde ou mais cedo caminharemos nesse sentido, o sector financeiro e o sector energético. O problema, em relação a esta governação mundial, está no atual modelo de funcionamento e atuação das organizações internacionais e nos resultados obtidos, de que a UN¹⁸ e as suas agências especializadas como por exemplo o *World Bank Group* ou o *International Monetary Fund*, passando pela OECD¹⁹ até à NATO²⁰, são um exemplo.

Voltando novamente à “utopia prática”, atualmente parecem existir três caminhos possíveis: uma mudança radical do tipo *bottom-up* onde a força ativa se situa na classe-média (hipótese possível mas pouco provável), uma mudança *top-down* em que é a arquitectura de governação a determinar as mudanças (hipótese provável mas a menos desejável) e um terceiro caminho que é a combinação dos dois primeiros. Por muito improváveis e utópicas que nos possam parecer estas opções, não adianta o olhar nostálgico sobre o passado, ou efabular sobre um lugar paradisíaco algures no universo. Quais são as alternativas? Crises cíclicas cada vez mais frequentes, acompanhadas de “catástrofes naturais”, também estas cada vez mais frequentes? Alargar e engrossar a base da pirâmide social – aumentando a escravatura e a exploração humana? Ou as versões de ficção científica e social do tipo realidade virtual, avatares e robotização, ou transhumanismo e hedonismo? Hoje o debate sobre temas como por exemplo as alterações climáticas, a sustentabilidade do modelo económico neoliberal ou o acesso aos recursos naturais e energéticos, continua aprisionado na ideia de externalidade fenomenológica²¹, que denuncia um certo mal-estar/má-consciência, por resolver, da condição tecno-humana (Allenby, 2011) e que resulta em parte do estado obsoleto em que se encontram as ins-

tâncias interpretativas (locais, regionais ou mundiais, públicas ou privadas), sejam elas científicas, tecnológicas, políticas, militares, sociais ou religiosas. Veja-se, por exemplo, o que acontece sempre que é divulgada/mediatizada uma nova descoberta na medicina – por um lado perspetiva-se o progresso e o desenvolvimento da humanidade como uma ode triunfal, por outro lado desses avanços emergem e põem em evidência as “fragilidades da humanidade” – dos avanços farmacêuticos sobressaem sempre os números da mortalidade infantil em África e os experimentalismos da indústria farmacêutica em várias regiões do mundo ou a manipulação genética, o transhumanismo e a atual incapacidade dos Estados em lidarem com as questões éticas e morais que levantam. O mesmo acontece com as questões das alterações climáticas e respetivo impacte material e social. O Protocolo de Quioto²² e seus sucedâneos, são disso um bom exemplo. Foram precisos oito anos para que o protocolo fosse ratificado por países que à data representavam 55% das emissões de gases com efeitos-de-estufa, tendo ainda assim ficado de fora, por exemplo, os Estados Unidos da América e a República Popular da China.

Entretanto algumas das recentes propostas de uma possível visão de progresso da humanidade, são suportadas pela conceção de uma sociedade hipertecnológica, que vai desde a captura e armazenamento do dióxido-de-carbono como forma de controlo do efeito estufa até à manipulação genética no combate a doenças oncológicas ou para conferir maior resiliência ao homem em meios hostis²³, passando pela ingerência e controlo do domínio privado do indivíduo. Esta visão perspetiva um caminho que atualmente já está a ser trilhado e onde a tecnologia, em particular a convergência de áreas como a nanotecnologia, biotecnologia, ciência cognitiva, robótica, tecnologias da comunicação e informação, ocupam um lugar crítico de pressão na aceleração de mudanças, para as quais a sociedade, em termos culturais e institucionais, parece não estar preparada²⁴ ou finge não estar a ocorrer, pelo que, tem sido adiada *sine die* a discussão sobre essas reais mudanças. Mas elas acontecem todos os dias no nosso quotidiano, nas coisas mais básicas e desde há muito tempo, como um simples vacina – são introduzidas substância no corpo que o vai tornar mais resistente ao meio e possibilitar melhor qualidade de vida, melhores performances, maior longevidade (enquanto

que a esperança média de vida de um alemão é de oitenta anos, para um guineense é de apenas quarenta e seis]. O mesmo acontece com as substâncias psicoativas, que são todos os dias utilizadas pelos estudantes, mesmo aquelas que são proibidas, para aumentar a concentração e obter melhores resultados, ou a utilização vulgarizada de fármacos como o citrato de sildenafila (viagra). E num plano mais radical, a manipulação genética que oferece um catálogo de “assemblagens” físicas e neurológicas, apenas limitado por questões éticas. O problema aqui é que estas questões são uma face da mesma moeda. E a outra face está do “outro lado do mundo”. Países onde milhões de pessoas não têm acesso a bens e serviços básicos como cuidados primários de saúde e educação, água potável ou habitação, onde as organizações mundiais como a FAO²⁵, UNESCO²⁶, etc. não são mais do que uma espécie de taxa-de-solidariedade paga pelas democracias em modo capitalismo neoliberal, abrindo caminho à penetração do WB, IMF, OECD, em condições contratuais definidas unilateralmente, possibilitando/facilitando o acesso aos recursos desses países e a práticas do tipo *land grabbing*²⁷, que, como assinala Saskia Sassen²⁸, levantam questões geopolíticas e de soberania territorial. Ou seja, este também não parece ser o caminho mais interessante para uma perspetiva humanista do mundo.

De novo, à pergunta realidade ou utopia a resposta parece ser uma só – sejamos práticos, sim obrigado, queremos o melhor de dois mundos, porque não? Objetivamente, insisto, não existe nenhuma prova concreta ou evidência da inabilidade ou da impossibilidade da humanidade trilhar o caminho da “utopia prática”, pelo contrário existem sinais da possibilidade de um processo de mudança, de um processo de rutura. E onde podemos observar sinais desse processo? Um pouco por todo o mundo. Um exemplo concreto, dois episódios, Tiananmen e Tahir. Em primeiro lugar é necessário desmistificar a leitura tecnocrática sobre o sucedido em Tiananmen e Tahir – que mais não é do que a visão cética encerrada no postulado hegemónico da democracia capitalista neoliberal – como se Tiananmen e Tahir evidenciassem o fracasso de objetivos de mudança, ou então o discurso cínico sobre a origem dos jovens estudantes, convocados nas redes sociais *facebook* e *twitter* e que deixaram temporariamente a comodidade dos seus bairros burgueses de periferia (símbolos do capitalismo neoliberal),

para se juntarem nas manifestações – mas outra coisa não seria espetável, porque representam uma parte significativa da população crítica e esclarecida e porque as plataformas tecnológicas de comunicação – *smart phones, facebook, twitter, etc.* – são importantes conectores do tecido social de muitos destes jovens, portanto estas são as suas “armas-de-guerrilha” urbana. A questão é que em Tiananmen²⁹ e em Tahir³⁰ não havia propriamente uma agenda ou objetivos, mas antes a emergência do protesto em relação ao estado a que tinha chegado o sistema de governação nestes países, um sinal de impossibilidade, portanto uma ação pragmática e realista que mostrava não ser possível as coisas continuarem na mesma, sem pelo menos um sinal de descontentamento. Sejamos objetivos em relação a este ponto, em Tiananmen e Tahir o que estava em cima da mesa era a falência e a impossibilidade de um projeto social assente no modelo capitalista neoliberal. Tiananmen e Tahir são uma espécie de vazio momentâneo dentro do sistema. Um outro exemplo (a prova negativa) é o que se está a passar atualmente na República Popular da China, em relação aos gastos públicos com a segurança interna: pelo terceiro ano consecutivo a verba destinada à segurança interna é superior à destinada para a defesa. Este é um sinal claro das preocupações do Partido Comunista perante a eminência, probabilidade e expressão de conflitos ou protestos locais ou regionais, o que em certa medida significa que estes constituem uma real ameaça à atual governação. Ou seja, a segurança interna e a estabilidade social são atualmente prioridades na governação de Estados como a República Popular da China ou os Estados Unidos da América, portanto indicadores da existência de ameaças internas reais à estabilidade de funcionamento das suas políticas – portanto, de alguma maneira refletem a falência dos atuais modelos de governação destes países.

DE BABEL A DOHA

“A torre de Babel – 1. Em toda a terra, havia somente uma língua, e empregavam-se as mesmas palavras. 2. Emigrando do oriente, os homens encontraram uma planície na terra de Chinear e nela se fixaram. 3. Disseram uns para os outros: «Vamos fazer tijolos, e cozamo-los ao fogo.» Utilizaram o tijolo em vez de pedras, e o betume serviu-lhes de arga-

massa. 4. Depois disseram: «Vamos construir uma cidade e uma torre, cujo cimo atinja os céus. Assim, havemos de tornar-nos famosas para evitar que nos dispersemos por toda a superfície da terra.» 5. O Senhor, porém, desceu, a fim de ver a cidade e a torre que os homens estavam a edificar. 6. E o Senhor disse: «Eles constituem apenas um povo e falam uma única língua. Se principiarem desta maneira, coisa nenhuma os impedirá, de futura, de realizarem todos os seus projectos. 7. Vamos, pois, descer e confundir de tal modo a linguagem deles que não consigam compreender-se uns aos outros.» 8. E o Senhor dispersou-os dali por toda a superfície da terra, e suspendeu a construção da cidade. 9. Por isso, lhe foi dado o nome de Babel, visto ter sido lá que o SENHOR confundiu a linguagem de todos habitantes da terra, e foi também dali que o Senhor os dispersou por toda a terra. ³¹

De Babel a Doha³², a urbanidade do território incorporou simultaneamente as dimensões física, social e política – *urbs*, *civitas* e *polis* – explicada segundo diferentes modelos, isto é, combinações várias destas três dimensões. A *urbs* é a dimensão física do construído e respetivas características morfológicas reconhecíveis como urbanas (edifícios ordinários e singulares, vias e infraestruturas), a *civitas* é o modo como se estrutura o social (economia, etnografia, costumes, religião, cultura) e a *polis* é a dimensão reguladora do coletivo num território (poder, autoridade, leis, política, polícia). Ou seja, a tríade *urbs*, *civitas* e *polis* permanece inscrita nos últimos cinco mil anos de urbanidade como um “código genético”, a “energia fundacional” da urbanidade é em parte resultado da tensão gerada entre a *urbs*, *civitas* e *polis*. Assim sendo, podemos considerar a hipótese de esta “energia fundacional” ser a condição *sine qua non* do urbano. E que os diferentes modelos urbanos são as formulações possíveis sobre o resultado/materialização da desigual tensão – desequilíbrio – entre a três dimensões da urbanidade, presentes num determinado espaço físico-temporal. Por outro lado, atualmente, a cidade entendida como um lugar de exercício de poder sobre um território tende a desaparecer, ou seja, o poder deixa de estar concentrado e localizado num lugar geográfico delimitado, e cada vez mais funciona em “rede”. Simultaneamente o mesmo território vem sendo progressiva e densamente [infra]estruturado e conectado à(s) “rede”(s), e consequen-

temente adquire urbanidade. Portanto, podemos dizer que as três dimensões – *urbs*, *civitas* e *polis* – do urbano se entenderam à generalidade dos territórios, o que significa que atualmente observamos o resultado de um processo endémico de desterritorialização³³, que na realidade correspondeu a uma visão tecnocrática da condição urbana para a qual a humanidade caminha. De Babel a Doha distam apenas oitocentos quilómetros e cinco mil anos. O tempo faz um arco que parece fechar-se.

O atual panorama da produção arquitetónica e urbanística, parece alternar entre uma espécie de ficção tecnológica e o melodrama ambientalista. O primeiro é, em certa medida, a expressão da mundialização de um punhado de *happenings* (como os jogos olímpicos e campeonatos de futebol, cimeiras, festivais ou exposições universais) onde os atores são invariavelmente os de sempre (a banca e as política públicas urbanas, as construtoras e os arquitetos do *star system*, etc.) e onde a competitividade entre cidades revela até onde pode ir a excentricidade na disputa por um maior protagonismo, e o segundo vai desde os *suburban neighborhoods*, versão pós-moderna da cidade jardim, passando pelas hortas urbanas (o *croissant* da esquerda *bourgeoisie*) e pelas escorrências vegetais, pingentes dos lustres *high-tech* da *Société du Grand Paris*, até às eco casas sustentáveis dos bairros chiques e dos condomínios fechados³⁴. O outro lado desta farpela engomada luzente sem costuras nem pregas, o avesso deste real virtual é a visível miséria dos bairros-de-lata (atualmente 24% da população mundial vive em favelas ou musseques – *slums* – aproximadamente 862,5 milhões de pessoas³⁵, ou seja uma em cada quatro pessoas da população mundial não tem acesso regular a água potável, saneamento básico, habitação e energia elétrica – estima-se que 1,6 mil milhões de pessoas não tem acesso a energia fiável, o que no séc. XXI deveria ser inconcebível). É visível no impacto do modelo económico dos países mais desenvolvidos sobre os recursos naturais (um “cidadão britânico médio é responsável por igual quantidade de emissões de gases com efeito de estufa em dois meses que uma pessoa de um país com um IDH³⁶ baixo gera ao longo de um ano, e um cidadão do Qatar³⁷, o país com o maior volume *per capita*, fá-lo em apenas 10 dias³⁸) e visível no impacto sobre largas franjas da população mundial que são empurradas para a exclusão (e.g. no Brasil os números

apontam para 170.000 pessoas desalojadas por causa do mundial de futebol de 2014 e dos jogos olímpicos de 2020, nos USA a crise do *subprime* fez disparar a *homelessness* e na China a construção da hidroelétrica Three Gorges obrigou à deslocação de aproximadamente 1,3 milhões de pessoas). Este paradoxo não impede que alguns atores do *star system*, entre outros, arquitetos e urbanistas, se desloquem habilmente entre registo eco, tecno ou sócio.

Não fossem os dramas e sofrimento de milhões de pessoas, o debate em torno do desenvolvimento e progresso sustentáveis, durante os últimos 30/40 anos, seria irónico. Senão veja-se: Nos anos 80 a grande ameaça era o efeito *greenhouse* e que a população mundial acabaria cozida numa caldeirada tóxica, com Chernobil a fechar a década e a abrir o debate do nuclear, para logo a seguir ser esquecido com a entrada em cena e em direto da saga Guerra do Golfo e que recentrou a discussão numa putativa crise do petróleo, varrida em Fevereiro de 1991 pela Operação Tempestade no Deserto, que providenciou uma década de paz e prosperidade (entretanto a URSS suicida-se e nos Balcãs, “andaram aos tiros” entre 1991 e 2001), tragicamente interrompida a 11 de Setembro de 2001 por causa de deficiências técnicas nas orientações geoestratégicas dos USA, e a grande ameaça para o mundo passa a ser o fundamentalismo islâmico. Em 2003 o George declara-se publicamente o guardião da paz mundial e avança com uma operação doméstica de limpeza da ameaça química e biológica do Iraque. Entretanto do coração do império de Sua Majestade e dos seus verdejantes prados chegam pela mão do Tony as vacas loucas (grande impulsionador do veganismo) e aqui ao lado *nuestros hermanos* levam com o *Prestige* que também não foi pera-doce para o José María, e a agenda passa a ser a proteção ambiental e a soberania alimentar, esta última demonizada porque logo a seguir a pandemia da gripe das aves ia dizimar metade da população europeia. Em dezembro de 2004 um *tsunami* na costa do Índico e em Agosto de 2005 o *Katrina*, deixam um rastro de destruição e milhares de vítimas. E temos a actualidade focada num *mix* de alterações climáticas, globalização e sustentabilidade, de onde tão cedo não sairemos por causa de *Fukushima*, que ainda ferve, do *tsunami* que atingiu a costa Leste do Japão em 2011 e mais recentemente do furacão *Haiyan* que atingiu as Filipinas.

A regularidade e periodicidade de “catástrofes naturais” e tecnológicas funcionarão a médio prazo como uma espécie bomba de pressão sobre as políticas públicas urbanas e sobre as ferramentas e metodologias que enquadram as orientações dessas políticas. De certa maneira (as “catástrofes naturais”) já o são, na medida em que produzem uma espécie de “território aberto” – *terrain vague* – e um momento excepcional para sociólogos, arquitetos, urbanistas, paisagistas, engenheiros, *designers*, etc., refletirem e avançarem com propostas teóricas, conceptuais ou até mesmo, porque não, formais, para um urbanismo da utopia prática. E esta não é apenas questão de urgência mas também de emergência.

PARA UM URBANISMO PRÁTICO

If there is to be a new urbanism it will not be based on the twin fantasies of order and omnipotence; it will be the staging of uncertainty; it will no longer be concerned with the arrangement of more or less permanent objects but with the irrigation of territories with potential; it will no longer aim for stable configurations but for the creation of enabling fields that accommodate processes that refuse to be crystallized into definitive form ... it will no longer be obsessed with the city but with the manipulation of infrastructure for endless intensifications and diversifications, shortcuts and redistributions – the reinvention of psychological space.

[Koolhaas e Mau, 1995, p. 969]

A emergência de uma nova condição urbana “extremamente hibridizada” (Koolhaas, 2000) tem vindo progressivamente (nos últimos 20/30 anos) a consolidar-se como um fenómeno de escala mundial (transversal à quase totalidade dos países, independentemente do grau de industrialização e/ou desenvolvimento, regime político, cultura ou religião) e com expressivo impacto em alguns valores demográficos (*e.g.* mais de metade da população mundial vive em áreas urbanas³⁹ – cidades, metrópoles, conurbações, etc.), o que, a manter-se esta tendência, a curto prazo (duas décadas), aproximadamente 70% da população mundial “será urbana”, com particular incidência em alguns países asiáticos

[China, Índia, Indonésia, Vietnã e Bangladesh], da América do Latina (México, Argentina e Venezuela) e de África (Nigéria, África do Sul e Egito). Neste quadro, com fortes probabilidades de concretizar-se, as questões e dificuldades que se colocarão à governação nesse futuro próximo, em parte resultarão da dimensão da população urbana e consequente impacto nas dimensões *urbs*, *civitas* e *polis*, ou seja, i) o impacto sobre os equipamentos e (infra)estruturas urbanas e a possibilidade da sua rutura (seja por excesso ou carência de carga), ii) a concentração e disputa por um território comum de diferentes atividades económicas, classes sociais, culturas e religiões e iii) as dificuldades de governabilidade de territórios complexos e consequentemente a demanda de mais mecanismos e meios de controlo e policiamento dos cidadãos.

Importa sublinhar que este não será um fenómeno homogéneo, com o mesmo grau de incidência em todo o mundo, e que as disparidades em termos de valores quantitativos, absolutos e relativos são expressivas, senão veja-se, por exemplo: i) na Europa a média da taxa de crescimento da população urbana, nas duas próximas décadas, estima-se que se situe nos 5,5%, no entanto para o mesmo período a mesma taxa na Suécia será de -1,6% enquanto na Turquia e na Polónia ultrapassará os 8,0% e Portugal chegará aos 10,7%, por outro lado, ii) no caso do América Latina estima-se que a taxa média de crescimento da população urbana será aproximadamente de 3,6%, no entanto a mesma população urbana representará 91,3% da população total – em cada dez pessoas nove viverão em cidades ou áreas metropolitanas – bastante acima da Europa que se situará nos 80% e da Ásia que ficará nos 57,0% de população urbana. Ou seja, por um lado assistiremos ao crescimento global da população urbana mundial para valores da ordem dos 70%, por outro lado e em paralelo, dinâmicas locais e regionais surgirão com trajetórias um pouco em contraciclo, apresentando valores negativos do crescimento demográfico.

Tomando por referência a expectável “explosão demográfica” das cidades e áreas metropolitanas, nas duas próximas décadas, muito provavelmente assistiremos a três processos distintos de urbanização, dos quais são já hoje exemplo o que está a acontecer em alguns países da Europa e nos

USA, na costa Leste da Ásia e na maioria dos países da América Latina:

- i) A Europa e os USA apresentam-se atualmente com elevadas percentagens de população urbana, altos padrões de urbanidade e uma taxa de crescimento da população baixa e estabilizada. Neste quadro o desafio será uma espécie de reciclagem do urbano, reinventando o tecido urbano existente a partir das temáticas que lhes são particularmente caras e que estão na agenda política da social-democracia, como a inclusão social, o emprego jovem, o multiculturalismo⁴⁰, etc., mas também a sustentabilidade económica, com o património coletivo (material e imaterial) em pano-de-fundo, e onde o “turismo do antigo” e o sector dos serviços sociais (saúde, ensino, educação, cultura) assumirão ainda mais um papel determinante nas políticas públicas urbanas (alguns dos mais recentes exemplos destas políticas apresentam tendências para a museificação ou artialização do património coletivo e a transferência das iniciativas e investimentos para o sector privado). A espacialidade da violência assumirá particular destaque na agenda política (em parte por via da sua visibilidade mediática), validando e banalizando opções de balcanização dentro da cidade e áreas metropolitanas (Soja, 2000) e de uma certa ruralização do urbano (Lefebvre, 1972);
- ii) Nos países asiáticos – que registarão a mais elevada taxa de crescimento da população urbana, 12,35% em duas décadas, acompanhada do crescimento económico muito acima da média mundial – assistir-se-á ao que poderá designar-se por consolidação da revolução tecnológica. São países intensamente industrializados, tecnológica e cientificamente muito bem apetrechados, com excesso de mão-de-obra disponível e a baixo custo, mas ao mesmo tempo com uma classe média com formação académica de nível superior, cosmopolita e com poder de compra a emergir e a aumentar em número. Se por um lado os investimentos públicos no tecido urbano serão orientados no sentido de este funcionar como uma rede aberta e desobstaculizada de fluxos e capaz de otimizar os recursos e rentabilizar os investimentos (um verdadeiro sistema de irrigação de fluidos e alimentação da máquina industrial), por outro lado é es-

pectável que a classe média emergente venha a causar alguns problemas e alguma contestação, fazendo perigar a estabilidade social interna (fenómeno que aliás se tem vindo a agudizar nos últimos anos), o que levará à necessidade de deslocalizar esta população para zonas residenciais menos “contaminadas” (*e.g.* as cidades satélite de Anshan, na província de Liaoning, localizada numa das regiões mais industrializadas da China);

- iii) Os países da América Latina, para o mesmo período, apresentarão a mais baixa taxa de crescimento da população urbana (3,36%), no entanto, nas duas próximas décadas manter-se-ão no *top* dos países com a mais elevada percentagem de população urbana (91,3%), sendo que uma parte significativa dessa população vive e viverá nas chamadas favelas. Portanto, o investimento urbano centrar-se-á por um lado em estender as redes de infraestruturas a essas áreas e modernizar as redes existentes e por outro lado promover a sua permeabilidade e conectividade à “cidade estruturada”, onde a mobilidade poderá desempenhar um papel relevante no fortalecimento dos direitos de cidadania dos grupos sociais mais desprotegidos⁴¹.

Em síntese, poder-se-á dizer que a urbanização nas duas próximas décadas ocorrerá em três registos (em diferentes graus e intensidades, e com as respetivas variantes regionais e locais): reciclar, ampliar e modernizar. Nada de novo (se olharmos a história do urbanismo), não fosse i) a disseminação dos atuais agentes e promotores/fazedores de urbanização (onde o Estado desempenhará um papel cada vez menos relevante), ii) a condição tecnológica da urbanização e do urbano (facilitando e potenciando a polissemia urbana, a aceleração temporal e compressão espacial, a conectividade material e imaterial, os processos de exclusão social e a emergência e disseminação dos “não-cidadãos”) e iii) a consagração do social como fator determinante das políticas públicas urbanas, seja positivamente na sua reorientação em razão de mais investimento no social, seja negativamente expressa em protestos e confrontos sociais, que assumirão contornos cada vez mais violentos.

Reciclar (em particular, para europeus e norte-americanos) significará mais atenção e investimento no espaço coleti-

vo, em particular nas estruturas de circulação e conexão – onde a rua poderá voltar a adquirir maior protagonismo – no sentido da adaptabilidade física deste espaço a um maior número de usos e usuários e da sua flexibilidade programática, potenciando a conectividade deste enquanto espaço coletivo. Atualmente a programação, desenho e/ou intervenção no/do espaço rua, ainda está impregnada de uma conceção excessivamente funcionalista, compartimentada e rígida, transformando-o muitas das vezes, num espaço monofuncional, inseguro, hostil, portanto inabitável e autista. É necessário recenrar a discussão e reflexão no espaço público, atendendo em particular às potencialidades deste enquanto dispositivo conector, no plano social e económico⁴², na produção de condições facilitadoras de mobilidade (mas menos vinculadas a infraestruturas físicas) e nas atuais exigências⁴³ de usabilidade do espaço coletivo. Neste ponto importa sublinhar, uma vez mais, a tendência que atualmente se observa, na dissolução das competências do Estado na gestão da coisa pública em razão de um programa social-mais, num momento em que ainda pouco se sabe sobre qual poderá vir a ser o seu impacto numa sociedade tecno-dependente, e em que a gestão da rede de infraestruturas e equipamentos está progressivamente a passar para o domínio privado.

Ampliar, intensificar e densificar serão a expressão do desenvolvimento urbano (nos países que atualmente registam a mais elevada taxa de crescimento económico), principalmente na costa leste asiática e do Índico. Ampliar significará, por um lado estender pelo território a rede de infraestruturas, cuja marca diferenciadora será o seu caráter altamente tecnológico associado ao fluxo/fluidez de matérias-primas e bens e por outro lado aumentar a capacidade de carga das infraestruturas existentes⁴⁴. Em ambas as situações, a prática que hoje se pode observar e que provavelmente se irá manter nas próximas décadas, é a priorização em responder à demanda do crescimento económico e simultaneamente o desinvestimento em espaços públicos. Em relação a estes espaços a tendência será a sua progressiva deslocalização para o domínio privado em registo comercial⁴⁵. Nestes países, a curto prazo, será pouco provável observarem-se mudanças de orientação deste modelo de desenvolvimento e crescimento urbano (com exceções, *e.g.* a República da Índia, a maior democracia do mundo –

em 2030 a população será 1,5 mil milhões, ultrapassando a China que contará com 1,45 mil milhões⁴⁶ – e uma considerável diversidade religiosa, o que impõem à governação determinadas limitações, mesmo estando em causa grandes investimentos em importantes sectores da economia⁴⁷).

Modernizar será a estratégia das cidades e metrópoles dos países da América Latina, onde se regista um abrandamento/estabilização dos índices de crescimento da população urbana, sendo que 25% desta população vive em favelas. Estas áreas urbanas carecem de infraestruturas capazes de responder não só a padrões mínimos de urbanidade de áreas residenciais (*e.g.* água, luz, saneamento, acessibilidade e recolha de lixo), mas também às atividades económica e social existentes e consolidadas. O desafio, nas próximas décadas, será por um lado modernizar as infraestruturas existentes e fazer chegar mais infraestruturas e por outro lado intensificar a conectividade/permeabilidade com/às áreas urbanas mais [infra]estruturadas.

Cinco propostas de um possível formato de políticas públicas urbanas para o urbanismo prático:

- i) Governância – Atualmente, mais importante que encontrar consensos é procurar compromissos (Bourdin, 2011) dentro de um processo aberto/disponível à inclusão de “interlocutores não institucionais” – convergência participada no fortalecimento e/ou emergência da comunidade – no sentido da qualificação/valorização e defesa do património coletivo. Portanto, por um lado, é necessário um rearranjo do funcionamento dos dispositivos políticos e operativos mais ou menos instituídos, por outro lado, dotar de maior plasticidade os modelos de gestão (*e.g.* há muito agrilhados e enredados em labirintos jurídicos), de modo a melhor incorporar *outsiders*;
- ii) Regionalismo – A implementação extensiva do modelo de “economia de escala” (muito baseado no conceito, positivista, da otimização de sinergias) nem sempre tem conseguido os melhores resultados (a este propósito, produziram-se, muitas das vezes, colossos pesados e inertes com custos excessivos), pelo que é necessário dotar de maior autonomia e responsabilidade as instâncias locais e regionais. É necessária e possível a modernização das soluções energéticas e de transportes, por via de uma maior eficiência tecnológica ajustada à escala regional e/ou local, potenciando as suas “mais-valias” endógenas (*e.g.* climáticas, geológicas, topográficas, paisagísticas, culturais, etc.). Da [re]ação ao efeito/consequência da mundialização da economia no tecido produtivo e no (des)emprego, linhas de defesa de novas e velhas fronteiras estão desde já a ser levantadas e outras mais serão, pelo que será necessário [re]desenhar os atuais modelos de gestão do(s) território(s). Regionalismo, objetivamente, também como mecanismo de resistência e defesa contra investidas exteriores sobre territórios desprovidos da artilharia capaz de equilibrar as forças no teatro da globalização.
- iii) Adaptabilidade – Projetar dentro da heterogeneidade e da imprevisibilidade – menos volatilidade/risco e mais desaceleração do crescimento – implicará por um lado abandonar os atuais modelos de interpretação das relações custo/benefício e por outro lado uma transferência substancial da afetação de recursos financeiros a novos equipamentos e infraestruturas, para operações de recuperação, adaptação e/ou transformação. Adaptabilidade significa, também, reorientar o atual modelo de financiamento no sentido da priorização dos investimentos possibilitadores de maior mobilidade para as pessoas, disponibilizando mais recursos financeiros, públicos ou privados, para a educação e formação;
- iv) Durabilidade⁴⁸ – Incorporar conhecimento e experiência no planeamento e desenho urbano evitando desmesurados investimentos⁴⁹ em infraestruturas e equipamentos, evitando a construção em locais disparatados, impróprios, de risco potencial, evitando a segregação socio-espacial (Ascher, 1998) – menos crescimento e mais desenvolvimento, menos desterritorialização e mais reterritorialização, menos especialização e segregação espacial e mais justiça espacial (Soja, 2010).
- v) *Cleantech e ecolife* – Para além dos *slogans de marketing greenfashion* (muitas das vezes a incorporação da “eco-mais-valia” nos bens e/ou serviços, em realidade representa um aumento do seu valor comercial e portanto

o agravamento do esforço aquisitivo do lado do consumidor], será uma inevitabilidade valorizar e incorporar progressivamente as opções tecnologicamente mais eficientes e as *cleantech*, em paralelo com a via societal para a construção de um ambiente potenciador de progressivas mudanças dos atuais modos-de-vida. Também a reversão ou pelo menos a contenção da esterroada de infraestruturas prostradas sobre o território, em parte resultado da visão tecnocrática de progresso, será incontornável porquanto, nas palavras dos seus mais fulgurosos promotores: – Esta é insustentável!

As “cinco propostas de um possível formato de políticas públicas urbanas para o urbanismo prático” aqui apresentadas não pretendem ser um postulado encerrado numa visão positivista de progresso, antes porém, estas apontam para uma reflexão e questionamento rizomático e propositivo, sobre avulsas questões e ocorrências em torno do urbano, evitando-se o mais possível a imobilização e atomização i) do discurso da globalização (recorrendo a exemplos/casos concretos atuais que, pese embora a particularidade/circunstancialidade que os caracterizam, poderão operar como sinalizadores/marcadores no processo de interpretação da fenomenologia urbana), ii) de um certo discurso particularmente caro a uma esquerda obstinada em apontar, nomear e punir responsáveis das atuais crises (social, política, económica e financeira), obliterando a sua incapacidade e, muitas das vezes, recusa em construir um espaço de reflexão e debate desembaraçado (porquanto esta esquerda se encontra entupida por um discurso dogmático, também este guardião do seu tão precioso *status quo* – imaculada esquerda intelectual) e iii) das premonições catastróficas sobre o futuro da humanidade (nas versões do tipo transhumanismo *high-tech* ou das metrópoles hipertecnológicas em formato *Blade Runner*, com os seus pequenos submundos de crime e resistência, às versões punitivas, da soberba humana, vindas do espaço tantas vezes ficcionadas em invasões alienígenas ou nas versões de uma natureza vingativa que restituirão novamente à terra o seu equilíbrio natural).

Por último, não poderíamos deixar de referenciar a (in)operacionalidade e (in)adequabilidade das atuais ferramentas e metodologias de leitura e interpretação do urbano e respe-

tivos modelos de representação. Temos que por um lado o prefixo (in) está cada vez mais presente, pese embora estes estejam intensivamente implantados e generalizados, por outro lado observa-se um estado de crise de propostas alternativas (não tanto na hipotética proficiência, antes porém na possibilidade exploratória de outros olhares e constituição de outros campos). É de assinalar a necessária revisão crítica dessas ferramentas e metodologias e modelos de representação, porquanto são muitas das vezes tarefas rotinadas e redundantes com a finalidade de descrever um estado de fato – decalcomania – fundadas na ilusória ideia de competência (Deleuze e Guattari, 1980). Em contrapartida, a abordagem performativa e processual, no sentido da produção da sua autossignificação, isto é, ficcional e portanto mais real que o real – mais perceptível e experiencial – poderá constituir uma das vias alternativas à decalcomania.

Même et surtout dans le domaine théorique, n'importe quel échafaudage précaire et pragmatique vaut mieux que le décalque des concepts, avec leurs coupures et leurs progrès qui ne changent rien.

(Deleuze e Guattari, 1980, p. 35)

BIBLIOGRAFIA

Allenby, B. & Sarewitz, D. (2011). *The Techno-human Condition*. Cambridge MA, The MIT Press.

Ascher, F. (2010). *Novos Princípios do Urbanismo seguido de Novos Compromissos Urbanos. Um Léxico*. Lisboa, Livros Horizonte.

Ascher, F. (1998). *Metapolis: Acerca do Futuro das Cidades*. Oeiras, Celta Editora.

Augé, M. (2012). *Futura*. Turim, Bollati Boringhieri.

Augé, M. (2008). *Eloge de la bicyclette*. Paris, Payot.

Bourdieu, P. (1972). *Esquisse d'une théorie de la pratique: précédé de trois études d'ethnologie Kabyle*. Genebra, Librairie Droz.

- Bourdin, A.** (2011). *O Urbanismo Depois da Crise*. Lisboa, Livros Horizonte.
- Deleuze, G. & Guattari, F.** (1980). *Mille Plateaux, volume 2: Capitalisme et Schizophrénie*. Paris, Les Editions de Minuit.
- Graham, S. & Marvin, S.** (2002). *Splintering Urbanism. Networked infrastructures, technological mobilities and the urban condition*. Nova York, Routledge.
- Koolhaas, R. et al.** (2000). *Mutations*. Barcelona, ACTAR.
- Koolhaas, R. & Mau, B.** (1995). *S,M,L,XL*. Rotterdam, 010 Publishers.
- Lefebvre, H.** (1972). *Le Droit à la Ville Suivi de Espace et Politique*. Paris. Anthropos.
- Soja, E.** (2010). *Seeking Spatial Justice*. Minneapolis, University of Minnesota Press.
- Wile, O.** (2001). The Soul of Man Under Socialism. In: Foreman, J. B. (ed.). *Complete Works of Oscar Wilde*. S. Helens: Harper Collins Publishers Ltd., p. 1089.
- The World Bank.** 2013. *Global Economic Prospects, Volume 7*, June 2013, World Bank, Washington, DC. doi:10.1596/978-1-4648-0036-8 License: Creative Commons Attribution CC BY 3.0.
- United Nations Development Programme.** 2013. *Streets as Public Spaces and Drivers of Urban Prosperity*. Nairobi, UNDP.
- United Nations Development Programme.** 2013. *State of the World's Cities 2012/2013*. Nairobi, UNDP.
- United Nations Development Programme.** 2011. *Human Development Report 2011. Sustainability and Equity: A Better Future for All*. Nova York, UNDP.
- Laboratório de Planeamento – FEUP, Junta Metropolitana do Porto.** 2009. *Atlas da Grande Área Metropolitana do Porto*. Porto, FEUP e JMP.

NOTAS

1. Ilustração, de autor desconhecido, da capa da primeira edição do livro *Libellus vere aureus, nec minus salutaris quam festivus, de optimo rei publicae statu deque nova insula Utopia* (Louvain, 1516), de Sir Thomas More. Wikipedia The Free Encyclopedia. Utopia [book]. [Em linha]. Disponível em: [http://en.wikipedia.org/wiki/Utopia_\(book\)](http://en.wikipedia.org/wiki/Utopia_(book)). [Consultado em 21/05/2014]
2. Escrito no ensaio *The Soul of Man under Socialism*, publicado em fevereiro de 1890 na *The Fortnightly Review*.
3. O correspondente acrónimo em inglês, VUCA – *volatile, uncertain, complex and ambiguous* – apareceu nos finais dos anos 90, no curso de liderança e estratégia da *United States Army War College*.
4. Razões de grande polémica, à data da sua construção, foram o museu estar implantado numa situação geomorfológica pouco aconselhável (sobre uma linha de água pré-existente, o que de certo modo é brutal, não apenas na dimensão técnica a que obriga a execução da obra, mas principalmente no que representa no plano simbólico – o equilíbrio entre homem e natureza, no respeito pelas “leis naturais” e na imagem de ininterruptão do ciclo-da-água enquanto referencial da “ordem natural”), e a “destruição” da horta da Casa de Serralves, referencial no contexto dos espaços da cidade do Porto.
5. Talvez esta presença, esta intromissão da natureza, seja a explicação para o facto de a grande maioria dos artistas que expõem no museu, optem por encerrar todos os contactos visuais (portas, janelas e clarabóias) com o exterior.
6. Este ponto está claramente identificado – pela geometria do espaço e por um conjunto de sinais visíveis, como por exemplo a estereotomia do pavimento e/ou a orientação das perspetivas interior/exterior no sentido dos pontos cardiais – com o átrio do museu, espaço de distribuição e organização.
7. Em realidade muitos são os exemplos conhecidos de cidades erigidas no nada e que são (em certa medida) uma representação da satisfação do desejo subconsciente – um fetiche positivo – de um indivíduo, grupo social/económico ou Estado [*e.g.* Las Vegas, Brasília, as novas cidades da África Subsariana, etc..].
8. A este propósito, e a título de exemplo, veja-se o filme estreado no final da década de 90 (em 1990 arranca o *Human Genome Project*, em 95 a Microsoft põe no mercado o *Windows 95* e no final de 98 a Sony lança a PlayStation), dos irmãos Wachowski, Matrix. A ação desenvolve-se simultaneamente em três planos, que num certo sentido são representativos da identidade do sujeito: o real virtual, o real real e o real. O primeiro plano (por ordem de entrada no filme) representa a realidade virtual, a Matrix, um mundo altamente regulado, tecnológico, funcional e sofisticado. Aqui o sujeito vive a projeção de si, sem as limitações circunstanciais, comezinhos e aborrecidas do quotidiano realmente real. O segundo plano representa a realidade real, o submundo da resistência de Morpheus, um mundo cavernoso e visceral, promíscuo e conflituoso (não é por acaso que o desejo, o ciúme e a traição aparecem nesta realidade real). É neste mundo que o sujeito vive aprisionado na condição de finitude material, é aqui que verdadeiramente se nasce e morre, se ama e é-se amado. O terceiro e último plano representa tão-somente a realidade, um mundo prosaico, banal e ao mesmo tempo ambíguo, contraditório (o oráculo vive num jogo de espelhos entre o real virtual e o real real, prevê a queda da jarra de flores mas engana-se, depois de uma consulta básica de clínica geral misturada com quiromancia, quanto a Neo não ser o eleito, enquanto faz bolachas e as crianças brincam de Jedi). Onde está a ideologia? O quadro ideológico entra pela mão do poder imagético da iconografia utilizada em cada um dos três planos. Ou seja, a realidade virtual não é perfeita mas é suficientemente perfeita para ser desejável (a virilidade, sensualidade e erotismo dos personagens, as roupas, os carros, a cidade e a mulher de vermelho), a fealdade da realidade real é o preço a pagar pelo sujeito político (o herói tem de sofrer e pagar o preço da verdade), e a realidade (tão-somente) é a possibilidade negada ao sujeito, nas palavras de Slavoj Žižek “a terceira pílula”, é aqui que se desloca a ideologia – nem no filme temos

o direito à terceira pílula – se Neo escolhesse uma terceira pílula o filme acabava nesse momento.

9. Repare-se na quantidade de programas que actualmente existem sobre viagens e destinos paradisíacos, sobre culinária exótica e sofisticada, sobre celebridades e as suas luxuriantes intimidades, de casas e carros inacessíveis, etc., etc.. O mesmo acontece em áreas disciplinares que nos finais do séc. XIX princípios do séc. XX estiveram ligadas às vanguardas, como é o caso do cinema ou da arquitectura, e hoje uma parte considerável do seu discurso está muito próximo da frivolidade – mesmo quando vindo do núcleo académico.
10. A “toxicidade” nada tem a ver com o aparente voyeurismo – não se trata de espreitar o quotidiano do outro, porque este está a representar uma imagem de si e esta representação é pública – nem tão pouco uma invasão da intimidade do sujeito, deste tipo de abordagem documental, antes porém com aquilo que Žižek designa por função-da-vergonha. A vergonha pelo que o outro faz – a representação pública de si –, no sentido de o outro causar-nos embaraço pelo facto de não ter vergonha, é uma visão traumática do sujeito, porque apaga o imaginário-virtual do sujeito-outro.
11. O retrato do real na linha das trinta e seis fotografias de *Street Life in London* (1877–1878), tiradas pelo fotógrafo inglês John Thomson.
12. Veja-se por exemplo a teoria da relatividade. É um conjunto de fórmulas que funcionam e provam uma teoria, mas que não conseguimos transportar para a nossa dimensão real física e ordinária – é impossível construir uma consciência ontológica a partir da física quântica, com mundos e realidades paralelas ou andar para a frente e para trás no tempo.
13. A condição social do sujeito determina, em diferentes graus, a sua percepção do meio (Bourdieu, 1972).
14. É cada vez maior o número de pessoas com grandes dificuldades de subsistência, que assistem à sua frente a um desfile de belos e felizes jovens de sucesso, ou à preparação das mais requintadas iguarias gastronómicas em ambientes paradisíacos, ou à exibição de casas robotizadas comandadas à distância a partir de aplicações *android* – assiste uma e outra vez, durante semanas, meses e anos – estes programas são maioritariamente de periodicidade diária e duração aproximada de um ano – interiorizando desta forma o seu afastamento/impossibilidade da condição de consumidor (Ruge, 2012), aproximando-se não da situação de excluído mas da situação latente de não-existente – fora-do-sistema.
15. Poder-se-ia de igual modo analisar a bipolaridade do discurso político instituído nos meios de comunicação, por exemplo durante os períodos de campanha eleitoral relativamente à saúde e educação, ao emprego, economia, território, etc, ou analisar o ideário sobre a cidade contemporânea, pejado de conceitos vagos como *city-users*, “cidade criativa”, etc, onde uma vez mais o “nosso espectador” parece não ter lugar no “discurso oficial”. A este respeito, alguns investigadores mais atentos e com leituras mais esclarecidas e menos taxionómicas da territorialização pós-moderna, parecem apontar no sentido da impossibilidade ou da dificuldade de se construir um edifício teórico da urbanidade, no atual contexto da paisagem hipertexto, nas palavras de Álvaro Domingues, “*Kitada*” e abundante em “próteses”, e alertam para a tendência do discurso, de uma certa direita mais liberal, que faz passar muitas das vezes a ideia de que existe uma ordem reguladora de um certo estado caótico, garante do “ciclo natural da história”, aparentemente governada por uma ordem universal e impessoal – leis naturais – esquecendo que por detrás de muitas das decisões existem interesses localizados e particulares e por detrás desses interesses existem sujeitos coletivos e individuais com nome e com rosto.
16. Da mensagem repetida vezes sem conta emerge o postulado, da palavra não-dita emerge a impossibilidade. Talvez fosse revelador um “dicionário” da palavra não-dita – mais do que o léxico “dos nossos dias”, pejado de lugares comuns como globalização, tolerância, segurança, sustentabilidade, mercado, mobilidade, competência, identidade, etc..

17. O que parece ser apenas e tão-somente um *slogan* dos dias de hoje (cada vez mais difundido e disseminado), encerra um determinado postulado moral sobre o indivíduo e que por vezes chega a ser explícito – aqui a questão é a palavra não dita, mas latente e que pulsa nesse discurso – é-se pobre por culpa do próprio, por que se quer. A este propósito, Max Weber (em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, 1904/5) explica que a base da “teoria económica” de Benjamin Franklin, apresentada como um conjunto de regras do funcionamento da economia, mais não é que uma enunciação de princípios éticos e morais.
18. *United Nations*.
19. *The Organisation for Economic Co-operation and Development*.
20. *North Atlantic Treaty Organization*.
21. As atuais abordagens políticas e tecnológicas às alterações climáticas são exemplo desta ideia de externalidade fenomenológica, ou seja, vêem-nas mais como um problema a resolver do que uma condição, em relação à qual é necessário aprender como mitigar e gerir os seus impactes. E portanto procuram e apresentam soluções políticas do tipo acordos e protocolos internacionais, ou tecnológicas do tipo geo-engenharia e manipulação climática (Allenby, 2011).
22. Iniciado em Toronto, Canadá, em 1988, apenas entrou em vigor em Fevereiro de 2005, depois da Rússia o ter ratificado em Novembro de 2004.
23. É de realçar, pelo que pode indiciar, que uma parte significativa destes avanços científicos é patrocinada e financiada pela *U.S. Army*.
24. Por exemplo, porquê a atenção dada às alterações climáticas e à biodiversidade? Porque deixaram de ser processos cíclicos e naturais que tinham como pano-de-fundo uma ideia de equilíbrio e renovação cíclica, e atualmente existe a possibilidade de serem desenhados e manipulados. E esta possibilidade levanta questões complexas e delicadas para as quais por agora não há respostas. Um outro exemplo é a atenção dada ao impacto dos conflitos internacionais ativos com expressão militar ou paramilitar. Em primeiro lugar, é preciso perceber que com o fim da guerra-fria, a paz deixou de ser uma preocupação mundial, projetada no equilíbrio de forças USA vs URSS, para passar a ser administrada unilateralmente a partir de Washington, Moscovo, Pequim ou Telavive. Em segundo lugar, a geografia dos referidos conflitos coincide invariavelmente com interesses estratégicos dos Estados Unidos da América, da Rússia ou da China. E aqui não se trata somente da relevância económica, ainda que este possa ser um fator determinante nas posições assumidas, mas também uma questão de segurança e estabilidade interna. Dessa forma os conflitos funcionam como reforço moral justificativo da ingerência de alguns Estados em países soberanos, que mais não serve do que para a manutenção do seu *status quo*, alimentado pela imagem selvática desses conflitos. Um outro aspeto desta permanente tensão, prende-se com a impossibilidade de vazio, ou seja, a inexistência da escolha, por exemplo: apenas a existência de paz parece ser inconcebível, neste momento é impossível pensar-se o fim do conflito Israelo-palestiniano porque seria uma paz-podre.
25. *Food and Agriculture Organization of the United Nations*
26. *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*
27. Um exemplo desta situação é o exposto no *Human Development Report 2011. Sustainability and Equity: A Better Future for All* (p. 39), sobre a aquisição de propriedades por parte de alguns países: “*Private, government and public-private joint ventures, usually from capital-rich countries, are acquiring long-term leases or ownership rights to large portions of land (often more than 1,000 hectares) in developing countries. Economically powerful developing countries, such as China, India and Saudi Arabia, as well as developed countries, are joining the land grab. While sources differ, all suggest a recent acceleration, with estimates of more than 20-30 million hectares transacted between 2005 and mid-2009 and about*

45 million hectares between 2008 and 2010. The rise in commodity prices appears to be motivating both government and private purchases. "Curiosamente, o relatório de 2013 não diz uma palavra sobre esta questão.

28. Saskia Sassan, socióloga, autora do livro *The Global City: New York, London, Tokyo* (1991).
29. Não deixa de ser curioso que os acontecimentos de 4 de junho de 1989 tiveram como palco a Praça da Paz Celestial e atores os estudantes e o Exército Popular de Libertação.
30. Tahir, no Cairo, foi o palco dos protestos contra o regime presidido por Hosni Mubarak em finais de janeiro de 2011.
31. BÍBLIA. Português. *Nova Bíblia dos Capuchinhos*. Coordenação geral de Herculano Alves. Fátima: Difusora Bíblica, 1998. Capítulo 11 do Génesis, p. 37–38.
32. Doha, capital do emirado do Qatar situada na costa leste da Península Arábica.
33. Terminologia introduzida/desenvolvida por Gilles Deleuze e Félix Guattari, na obra *Mille Plateaux* (1980).
34. No entanto, importa referir que também existem propostas que apontam possíveis caminhos alternativos, e que mais não são do que uma resposta objetiva a problemas concretos localmente circunscritos – uma forma de utopia prática – sem a retórica holística tecnocientífica ou eco sustentável. Por vezes o problema está na algaraviada das questões trazidas para o projeto, às quais, generosa e voluntariosamente, se procura dar uma resposta transplurinterdisciplinar global, em vez de se procurar a assertividade da pergunta. Senão vejamos alguns exemplos ilustrativos de respostas objetivas a problemas concretos com benefícios efetivos. O projeto de mobilidade da Comuna 13, da cidade de Medellín. A Comuna 13, um dos bairros mais pobres da cidade, situa-se numa ladeira com 384 metros de altura, o que significava para os seus 12.000 habitantes terem de subir e descer várias vezes ao dia esse desnível. Com a construção do projeto – escadas rolantes (a céu-aberto) gratuitas – o percurso que antes levava 35 minutos a fazer foi encurtado para cinco minutos e tornou-se acessível a crianças, idosos ou pessoas com dificuldades motoras. Um outro exemplo é o projeto TEREPs (*Tsunami Evacuation Raised Earth Parks*) desenvolvido pela *Geo-Hazards International* juntamente com outros parceiros internacionais e locais, para a cidade de Padang (Sumatra, Indonésia), no pós-tsunami de 26 de dezembro de 2004 (*Great Indian Ocean Tsunami*). Uma das causas do elevado número de vítimas em Padang deveu-se às características topográficas e urbanas da cidade – plana e baixa, e a existência de apenas uma via – caminho de fuga – em direção à montanha (ponto mais alto da cidade). Basicamente, o projeto TEREPs propõe a construção de parques urbanos elevados construídos simplesmente em aterro, disseminados pela cidade, onde, em caso de *tsunami*, as pessoas se possam refugiar.
35. UN-Habitat, *State of World Cities Report 2012/2013*.
36. IDH – Índice de Desenvolvimento Humano.
37. País anfitrião do Campeonato Mundial de Futebol FIFA de 2022.
38. *Human Development Report 2011. Sustainability and Equity: A Better Future for All*. UNDP.
39. Segundo dados do relatório de 2013 do World Bank – *World Development Indicators 2013*, (p. 24) – em 2011 a população urbana representava 52% da população mundial, o que em valores absolutos correspondia a 3.626,58 milhões de pessoas.
40. Também aqui assistimos à paralaxe maniqueísta, ora da perspetiva da esquerda ora da direita, sobre a co-existência multicultural. Os confrontos sociais, particularmente quando evoluem para conflitos ou violência, são sistematicamente deslocalizados para territórios étnicos, raciais, religiosos ou tribais, donde emergem invariavelmente a tolerância e a segurança. A segurança legítima a exclusividade do Estado no exercício da violência em razão do cumprimento da lei e alimenta um certo discurso de direita que deseja ver reforçada (e instituída) a autoridade dos agentes de segurança,

dos professores, dos pais, etc., aproximando-se de um certo autoritarismo. O discurso enredado na tolerância (do latim *tolerare* – suportar), por um lado enfatiza a diferença (que é o mesmo que dizer que nos suportamos uns aos outros, sejamos arianos ou chinos, negros, judeus ou muçulmanos, homo ou heterossexuais, desde que mantida a distância entre quintais), e que por outro lado, ao abordar esses confrontos num plano ético, são relegados para segundo plano as efetivas e pragmáticas dificuldades com que determinados grupos sociais se debatem, como por exemplo para encontrar emprego, habitação, escola para os filhos, etc..

41. A este propósito, as manifestações no Brasil contra a subida dos preços dos transportes públicos, ilustram a percepção/consciência que estes grupos sociais têm sobre o papel que desempenha a mobilidade nos seus direitos e liberdades, e o potencial poder que detêm na reorientação das políticas públicas urbanas.
42. Este conceito de reciclagem pode-se encontrar em intervenções recentes no espaço público, como por exemplo, o projeto para a *Brook Street Central – Warwick Junction Project* – em Durban, África do Sul, 2010, onde basicamente se tratou de acomodar e compatibilizar distintas atividades/funções (comerciais, religiosas, transportes, etc.), em melhores condições para os cidadãos (estimativas à data do projeto apontavam para 460.000, o número de pessoas que atravessam diariamente este local) através de limitadas e circunscritas intervenções físicas e financeiras (2,07 milhões de dólares). Um outro exemplo, em modo *fashion* e sazonal, são as *Paris Plages*, que já vão na sua décima edição (em 2011 o investimento foi de 2,2 milhões de euros e teve mais de três milhões de visitantes).
43. As exigências de usabilidade do espaço coletivo, atualmente, colocam-se em âmbitos tão distintos como a mobilidade, a segurança, ou o conforto. Exemplos não faltam, mesmo quando reunidas as condições necessárias, em que a intervenção (projeto, obra e gestão) no espaço coletivo torna-o hostil e portanto, de alguma maneira, atenta contra os seus usuários. Tomemos a título de exemplo a intervenção na Avenida dos Aliados

no Porto, da autoria de arquitetos de reconhecido valor, Eduardo Souto de Moura e Álvaro Siza Vieira. Antes de mais, uma nota breve sobre a algarviada em torno desta intervenção. Quando a polémica se tornou pública, o presidente da Câmara escudou-se silenciosamente atrás do reconhecimento internacional dos autores do projeto, quando o problema começara previamente no programa elaborado pela Câmara Municipal do Porto, nas palavras do próprio: “A exemplo das principais cidades da Europa, o Porto passará, assim, a contar com um espaço ainda mais imponente e, acima de tudo, mais adequado às celebrações que tanto gosta de fazer, a começar por essa grande festa que é o S. João.”. Por outro lado os beligerantes, munidos dum argumentário vácuo (do tipo: sala de visitas, fator de modernização, impessoal e fria, cinzento, etc.) e o próprio arquiteto Siza Vieira (incrédulo com as “alterações como as que foram feitas sem dizer nada aos projetistas”, isto é, trocaram os acer platanóides por magnólias de folha perene e colocaram bancos nos passeios), pouco acrescentaram à discussão sobre as exigências que atualmente se impõem às intervenções no espaço coletivo. Também aqui temos de ser pragmáticos e objetivos quão possível, como por exemplo: i) o nível de ruído na Avenida dos Aliados (muitas das vezes acima do limite legal), que em parte decorre da solução adotada pelos projetistas para os pavimentos, é desaconselhado e desconfortável para quem anda a pé, está numa esplanada ou à espera do autocarro; ii) a mobilidade pedonal está subjugada à mobilidade automóvel, ao ponto de em alguns semáforos as pessoas esperarem mais de 3 minutos pelo sinal verde para atravessarem a rua; iii) a aclamada “sala de visitas da cidade” apenas reconhece (no seu perfil funcional) duas classes de usuários: os veículos mecânicos e os peões. Em contrapartida recebe muito mal velocípedes, cegos ou idosos; iv) os abrigos de passageiros (dos STCP) são objetivamente inadequados em termos funcionais, *e.g.* abrigam no máximo uma dezena de pessoas e possuem apenas quatro lugares sentados. Muito do discurso em torno do urbano está pejado de “*conceitos-contentar*” (Bourdin, 2011), como por exemplo o “direito à cidade”, “cidade inclusiva” ou “*city-users*”, no entanto se olharmos objetiva e pragma-

ticamente para algumas das intervenções no espaço coletivo, constatamos, com relativa evidência, o quão vago pode chegar a ser cada um dos conceitos no que respeita à usabilidade desse espaço.

44. Entre 2002 e 2012 a rede rodoviária na China cresceu 240%, totalizando 4.237.500 km, onde as auto-estradas tiveram um crescimento neste período de 380%. No ano de 2012 a rede ferroviária chinesa transportou 3,9 mil milhões de toneladas de carga e 1,9 mil milhões de passageiros.
45. Dois dos muitos exemplos da transferência do espaço público para o domínio privado em registo comercial são i) o recentemente inaugurado (em abril de 2013) centro comercial *New Century Global Center*, localizado na cidade Chengdu (com 4,5 milhões de habitantes distribuídos por nove distritos), capital de Sichuan (14,04 milhões de habitantes) província interior do sudoeste da China, é um edifício multiusos (1,7 milhões de m²) com comércio (400.000 m²), escritórios, hotéis, teatros, cinemas, complexo universitário, pista de gelo, praia artificial, uma vila mediterrânea, etc., outro exemplo ii) um projecto do sector de investimentos imobiliários Property Division do grupo sueco Inter IKEA Grup, para transformar uma área industrial com aproximadamente 10,5 hectares (no distrito de Stratford, a 30 minutos de Piccadilly Circus e a Sul do Olympic Park), numa espécie de bairro iKeal com o pacote completo, "*WORKING AND LIVING; LOVING AND LAUGHING; EATING AND RESTING*" (*slogan* promocional).
46. Em 2030, Índia e China registarão valores absolutos de população urbana de 611,4 e 879,9 milhões, respetivamente, e a Indonésia e o Paquistão ultrapassarão a fasquia das centenas de milhões, seguidos das Filipinas com 93,8 milhões e da Turquia com 71,8 milhões de população urbana (no caso da Turquia a dimensão relativa da população urbana representará 78% da população total).
47. No caso indiano, a execução de investimentos, mesmo quando classificados de "económica e socialmente estratégicos", não se processa com a mesma linearidade que a observada na China, isto é, na Índia emergem com frequência constrangimentos de ordem social que obstaculizam de alguma forma aquele que seria o processo "normal" desses investimentos, como o demonstram dois exemplos recentes: em 2008, o maior fabricante indiano de automóveis, a Tata Motors, viu-se obrigado a realocar o projeto de produção do "automóvel mais económico do mundo" por força de protestos populares. Mais recentemente (julho de 2013) uma das maiores empresas de siderurgia do mundo, a ArcelorMittal, abandonou um investimento de 8,5 mil milhões de dólares para a construção de uma unidade siderúrgica a leste de Odisha, por causa dos protestos dos moradores.
48. A opção pela palavra durabilidade (do francês – *durabilité*), parece mais ajustada do que a adoção da versão portuguesa de *sustainability* – sustentabilidade – ideologia dos nossos dias, muito assente numa certa cientificidade tecnológica garante de um progresso estável e permanente, mas sem beliscar o *status quo* do capitalismo neoliberal, muito centrado nas características materiais do objeto (o selo verde, o certificado biológico, a reciclagem, etc.), e na ideia repugnante de "respeito pela natureza". Em contrapartida, durabilidade aponta mais no sentido da permanência e de uma tentativa de compromisso ideológico possível.
49. Segundo previsões do Banco Mundial haverá uma ligeira aceleração do crescimento do produto interno bruto global (PIBG) para 2014 e 2015 de 3,0% e 3,3%, respetivamente, invertendo a desaceleração do PIBG registada em 2012, portanto um crescimento mais lento mas mais estável.
50. A designação "Poesia Concreta" apareceu em 1955 no número dois da revista brasileira Noigandres (palavra que significa "o olor que afasta o tédio"), publicada pelo grupo de poetas com o mesmo nome, do qual faziam parte Haroldo de Campos (poeta. São Paulo SP, 1929 – 2003), Augusto de Campos (poeta e ensaísta. São Paulo SP, 1931) e Décio Pignatari (poeta, ator e ensaísta. Jundiá SP, 1927 – São Paulo SP, 2012).